

O SISTEMA DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS NO MERCOSUL E NA UNIÃO EUROPÉIA

THE SYSTEM OF DISPUTE SETTLEMENT IN MERCOSUR AND IN THE EUROPEAN UNION

Eduardo Biacchi Gomes¹
Marco Antônio Villatore²
Francielli Morêz³

Resumo

O direito da integração se fortalece a partir da experiência europeia, como um ramo do direito que tem por finalidade estudar as relações jurídicas, econômicas, sociais, culturais, comerciais e afins, que resultam do fenômeno da integração – entre os Estados, Instituições ou os particulares. Muito embora este ramo do direito tenha maior relevância na Europa, a sua aplicação não se limita àquele bloco econômico, notadamente porque ele é utilizado em qualquer processo de integração, como por exemplo, o próprio MERCOSUL.

Palavras-chave: Direito Comunitário, MERCOSUL, União Européia.

Abstract

The integration law strengthens from the European experience, as a branch of law which aims to study the legal, economic, social, cultural, commercial and related phenomenon resulting from integration – between States, institutions or individuals. Although this branch of law has great relevance in Europe, its application is not limited to that bloc, mainly because it is used in any integration process, such as the MERCOSUR itself.

Keywords: Community Law, European Union, MERCOSUR.

Sumário: 1. Notas introdutórias; 2. Direito Comunitário Europeu; 3. Sistema de Solução de Controvérsias no MERCOSUL; 4. Considerações finais; 5. Referências.

¹ Pós-Doutor em Estudos Culturais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Professor de Direito Internacional da UNIBRASIL (Graduação e Mestrado), FACINTER e PUCPR. Advogado. Consultor do MERCOSUL 2005/2006. Endereço eletrônico: eduardobiacchigomes@gmail.com

² Doutor em Direito pela Universidade de Roma I, "La Sapienza", revalidado pela UFSC. Mestre em Direito pela PUC/SP. Professor da FACINTER e da PUCPR. Vice-Presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas do Paraná. Diretor Administrativo do Instituto dos Advogados do Paraná. Membro do Centro de Letras do Paraná. Membro da Associazione Italiana di Diritto del Lavoro e della Sicurezza Sociale (AIDLASS). Membro do Instituto brasileiro de Direito Social Cesarino Júnior (Société Internationale de Droit du Travail et de la Sécurité Sociale). Consultor do MERCOSUL 2005/2006. Advogado trabalhista. Endereço eletrônico: marcovillatore@gmail.com

³ Professora da Facinter. Bacharel em Direito pela PUCPR e Especialista em Sociologia Política pela UFPR. Advogada, Professora e Pesquisadora do Núcleo de Direito Internacional da PUC/PR

1. Notas introdutórias

A evolução do denominado Direito Comparado não se dota de caráter recente e, para aqueles que entendem não ser importante o estudo do método comparativo, analisando-se o Direito alienígena, convém salientar a diversidade do nível social – patrimônio cultural – e a peculiar complexidade do Direito pátrio. Em termos tais, procurou-se, ainda que de forma sintetizada, reassaltar no presente artigo a relevância da análise do Direito Comparado a fim de que não fosse abandonada a finalidade do presente trabalho, no sentido de que o seu estudo tem o propósito de um melhor conhecimento do próprio Direito interno, com análise completa do fenômeno jurídico. Não se pode, outrossim, esquecer do fenômeno mundial das unificações de Estados com finalidade de formação de uma ordem jurídica pacífica e coordenada, tendo como exemplos a Comunidade Europeia e o MERCOSUL.

Conforme João de Castro Mendes⁴, a função do Direito Comparado pode ser sintetizada em dois sentidos: a) Interesse nacional: é útil para melhor se conhecer o nosso Direito e para melhorá-lo, sendo que o direito estrangeiro por vezes serve como fonte do nosso; b) Interesse internacional: para melhor compreensão internacional e na facilitação das relações entre os Estados e as sociedades. É a tendência do movimento de internacionalização do Direito, da multiplicação de Tratados e Convenções Internacionais sobre direito privado e processual civil, e o estabelecimento de instituições de âmbito internacional, incentivadoras dos esforços dessa internacionalização.

Desta pequena disposição preliminar, adentrar-se-á no estudo das formas de solução, procedendo-se a uma comparação entre o Direito Comunitário Europeu e o encontrado no nosso MERCOSUL.

2. Direito Comunitário Europeu

O Direito Comunitário é um Direito singular, surgido a partir do Direito Internacional Público com a finalidade de regulamentar o funcionamento da União Européia. O Direito Comunitário tem como marco inicial os tratados fundacionais da União Européia: o Tratado de Paris de 1951, que criou a CECA – Comunidade Econômica do Carvão e do

⁴ MENDES, João de Castro, "Direito comparado", Associação Acadêmica Lisboa, Portugal, 1982/83, pp. 9/10.

Aço -e o Tratado de Roma de 1957, que criou a CEE – Comunidade Econômica Europeia – além da CEEA – Comunidade Econômica de Energia Atômica.

Com a finalidade de garantir a correta efetividade do Direito Comunitário, o Tribunal de Justiça das Comunidades Européias, órgão de natureza supranacional, sediado em Luxemburgo, tem por finalidade zelar pela efetiva aplicação desse Direito. Tal órgão é composto por vinte e sete juízes (um de cada Estado-Membro) e por oito advogados gerais, que possuem a competência de emitir pareceres sobre os casos. Hierarquicamente, o Tribunal de Justiça das Comunidades Européias é dividido em duas instâncias: a primeira, que conhece, de forma originária, as ações de sua competência e, a segunda instância, que possui competência recursal, isto é, atua, em grau de recurso, de forma a revisar os acórdãos proferidos em primeira instância, exclusivamente no que diz respeito à matéria de Direito.

O Tratado de Nice, 2001, estabelece em seus artigos 220 e 225-A a possibilidade de instalação de Câmaras Jurisdicionais, que estão ligadas ao Tribunal de Primeira Instância. Referidas Câmaras Jurisdicionais são criadas através de decisão do próprio Tribunal, para exercer a jurisdição em algum dos Estados-Membros da Comunidade Européia. A própria decisão que cria a Câmara Jurisdicional estabelece quais serão as ações de sua competência e a composição do Tribunal. Trata-se de um mecanismo para facilitar o acesso por parte do cidadão comunitário à instância supranacional. Os recursos são dirigidos ao Tribunal de Primeira Instância.

Em termos objetivos, o Tribunal de Justiça das Comunidades Européias é a instituição jurisdicional, de caráter supranacional, que tem por finalidade dirimir as controvérsias decorrentes da aplicação e da interpretação do Direito Comunitário, que possam surgir entre os Estados-Membros, Instituições Comunitárias e particulares, pessoas físicas ou pessoas jurídicas. Os seus magistrados são verdadeiros agentes comunitários, atuando com total independência e autonomia no desempenho de suas funções. A jurisdição é obrigatória e não se confunde com as jurisdições nacionais dos Estados. Conclui-se, portanto, que não há o motivo para se falar em dependência entre a jurisdição nacional frente à jurisdição comunitária, porque são independentes, e as decisões proferidas em instância nacional não estão sujeitas a qualquer espécie de recurso ou revisão frente à jurisdição comunitária.

A atuação do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeia aperfeiçoou-se à medida que os seus magistrados foram chamados a atuar nas questões decorrentes da não

observância do próprio Direito Comunitário. A partir daí houve a construção jurisprudencial do Direito Comunitário, que fundamenta a aplicação e a observância desse ordenamento. Desta feita, há que se fazer referência, aqui, aos princípios do Direito Comunitário: aplicação direta da normativa comunitária; e uniformidade na interpretação e na aplicação do Direito Comunitário e o primado do Direito Comunitário frente ao ordenamento jurídico interno dos Estados.

Através do princípio da aplicabilidade direta, as normativas comunitárias geram direitos e deveres aos seus destinatários (Instituições Comunitárias, Estados e particulares), independentemente de qualquer formalidade, bastando, simplesmente, a sua publicação no diário oficial das comunidades europeias.⁵ A seu turno, o princípio da uniformidade na interpretação e na aplicação do Direito Comunitário, por seu turno, garante às normativas comunitárias, são elaboradas pelas respectivas Instituições (Conselho, Comissão e Parlamento Europeu), que sejam interpretadas e aplicadas de maneira uniforme nas jurisdições nacionais dos respectivos Estados-Membros, através de uma ação específica, denominada de Reenvio Prejudicial.⁶

Sobre a construção jurisprudencial do Direito Comunitário é importante destacar:

Princípios fundamentais estabelecidos pela jurisprudência

Em jurisprudência iniciada pelo acórdão Van Gend & Loos em 1963, o Tribunal de Justiça introduziu o princípio do efeito direto do direito comunitário nos Estados-Membros, que permite aos cidadãos europeus invocar diretamente disposições comunitárias perante os órgãos jurisdicionais nacionais.

Importadora de mercadorias da Alemanha para os Países Baixos, a empresa de transportes Van Gend & Loos devia pagar direitos aduaneiros que considerava contrários à disposição do Tratado CEE que proíbe os Estados-Membros de aumentarem os direitos aduaneiros nas suas relações comerciais mútuas. O recurso colocava a questão do conflito entre uma legislação nacional e as disposições do Tratado CEE. Chamado a pronunciar-se por um tribunal neerlandês, o Tribunal de Justiça decidiu afirmando o princípio do efeito direto, conferindo assim à empresa de transportes uma garantia direta dos seus direitos ao abrigo do direito comunitário perante o órgão jurisdicional nacional.

Em 1964, o acórdão Costa estabeleceu o primado do direito comunitário sobre a legislação interna. Nesse processo, um órgão jurisdicional italiano tinha perguntado ao Tribunal de Justiça se a lei italiana de nacionalização do sector da produção e da distribuição de energia elétrica era compatível com certo número de disposições do Tratado CEE. O Tribunal de Justiça introduziu o princípio do primado do direito comunitário, com fundamento na especificidade da ordem jurídica comunitária, que deve ser aplicada de modo uniforme em todos os Estados-Membros.

Em 1991, no acórdão Francovich e o., o Tribunal de Justiça desenvolveu outro conceito fundamental, o da responsabilidade de um Estado-Membro em relação aos particulares pelos danos causados a estes devido a uma violação do direito comunitário cometida por

⁵ É o que ocorre, por exemplo, com os regulamentos, que são verdadeiras normativas comunitárias.

⁶ Conforme se verá adiante.

esse Estado. Desde 1991, os cidadãos europeus podem, portanto, intentar uma ação de indenização contra o Estado que tenha violado uma disposição comunitária.

Dois cidadãos italianos, a quem os respectivos empregadores em situação de falência deviam remunerações, tinham intentado ações em que invocavam a omissão do Estado italiano, que não tinha transposto as disposições comunitárias de proteção dos trabalhadores em caso de insolvência da entidade patronal. Chamado a pronunciar-se por um tribunal italiano, o Tribunal de Justiça indicou que a diretiva em questão visava conferir aos particulares direitos de que estes tivessem sido privados em consequência da omissão do Estado em transpor a diretiva, facultando assim a esses particulares a possibilidade de intentarem uma ação de indenização contra o próprio Estado.⁷

O Tribunal de Justiça das Comunidades Européias, assim, contribuiu e continua auxiliando no avanço e na concretização do mercado comum, no qual existem políticas voltadas para a livre circulação de bens, de pessoas, de serviços e de capitais, além da existência de uma moeda única – o Euro. Resumidamente, qualquer controvérsia que envolva alguma das referidas políticas e que guardem relação direta com a violação às normas de Direito Comunitário, serão dirimidas através de seu tribunal.

Importante destacar também a atuação do Tribunal de Justiça das Comunidades Européias no tocante à consolidação do mercado comum:

O Tribunal de Justiça na vida do cidadão europeu

Entre os milhares de acórdãos proferidos pelo Tribunal de Justiça, a maior parte, designadamente os proferidos a título prejudicial, têm manifestamente consequências importantes na vida quotidiana dos cidadãos europeus. A título de exemplo, citam-se alguns nos domínios mais importantes do direito comunitário.

- Livre circulação de mercadorias

Desde o acórdão Cassis de Dijon, proferido em 1979, sobre o princípio da livre circulação de mercadorias, os comerciantes podem importar para o seu país qualquer produto proveniente de outro país da Comunidade — na condição de esse produto ter sido legalmente produzido e comercializado neste último país e de nenhuma razão imperiosa, relativa, por exemplo, à proteção da saúde ou do ambiente, se opor à sua importação para o país de consumo.

- Livre circulação de pessoas

Numerosos acórdãos foram proferidos no domínio da livre circulação de pessoas. No acórdão Kraus (1993), o Tribunal de Justiça declarou que a situação de um nacional comunitário, titular de um diploma universitário de pós-graduação obtido noutro Estado-Membro e que facilita o acesso a uma profissão ou o exercício de uma atividade económica, é regulada pelo direito comunitário, mesmo no que diz respeito às suas relações com o Estado-Membro de que é nacional. Assim, embora um Estado-Membro possa fazer depender de uma autorização administrativa a utilização desse título no seu território, o procedimento de autorização deve ter por único objetivo verificar se o diploma em questão foi corretamente concedido.

Entre os acórdãos proferidos neste domínio, um dos mais conhecidos é o acórdão Bosman (1995), no qual o Tribunal de Justiça se pronunciou, a pedido de um órgão jurisdicional belga, sobre a compatibilidade de disposições adotadas por federações de futebol com a livre circulação de trabalhadores. Declarou que o desporto praticado a nível profissional é uma atividade económica cujo exercício não pode ser entravado através de disposições que regulam a transferência de jogadores ou que limitam o número de jogadores

⁷ http://curia.europa.eu/pt/instit/presentationfr/index_cje.htm (acesso em 10 de fevereiro de 2009)

nacionais de outros Estados-Membros. Acórdãos posteriores tornaram esta última consideração extensiva à situação de desportistas profissionais originários de países terceiros que assinaram com as Comunidades Europeias um acordo de associação (acórdão Deutscher Handballbund, 2003) ou de parceria (acórdão Simutenkov, 2005).

- Livre prestação de serviços

Um acórdão de 1989 sobre a livre prestação de serviços tinha por objeto a situação de um turista britânico que tinha sido agredido e ferido com gravidade no metropolitano de Paris. Chamado a pronunciar-se por um órgão jurisdicional francês, o Tribunal de Justiça declarou que, enquanto turista, a referida pessoa beneficiava de serviços fora do seu país, sendo-lhe aplicável o princípio da não discriminação em razão da nacionalidade consagrado no direito comunitário. Tinha, portanto, direito à mesma indenização que um nacional francês (acórdão Cowan).

Chamado a pronunciar-se pelos órgãos jurisdicionais luxemburgueses, o Tribunal de Justiça declarou que uma legislação nacional que recusa a um beneficiário da segurança social o reembolso das despesas de um tratamento dentário com o fundamento de que foi efetuado noutro Estado-Membro constitui um entrave injustificado à livre prestação de serviços (acórdão Kohll, 1998) e que a recusa de reembolso das despesas de compra de óculos no estrangeiro é considerada um entrave injustificado à livre circulação de mercadorias (acórdão Decker, 1998).

- Igualdade de tratamento e direitos sociais

Uma hospedeira de bordo tinha intentado uma ação contra a sua entidade patronal em razão de uma discriminação na remuneração relativamente aos seus colegas do sexo masculino que efetuavam o mesmo trabalho. Chamado a conhecer do processo por um tribunal belga, o Tribunal de Justiça declarou, em 1976, que a disposição do Tratado que impunha o princípio da igualdade de remunerações entre trabalhadores femininos e masculinos pelo mesmo trabalho tinha efeito direto (acórdão Defrenne).

Ao interpretar as disposições comunitárias relativas à igualdade de tratamento entre homens e mulheres, o Tribunal de Justiça contribuiu para a proteção das mulheres contra o despedimento ligado à maternidade. Uma mulher que deixou de poder trabalhar devido a dificuldades relacionadas com a sua gravidez foi despedida. Em 1998, o Tribunal de Justiça declarou este despedimento contrário ao direito comunitário. O despedimento de uma mulher durante a gravidez por faltas resultantes de uma doença relacionada com a própria gravidez constitui uma discriminação em razão do sexo, que é proibida (acórdão Brown).

A fim de garantir a proteção da segurança e da saúde dos trabalhadores, é necessário que estes possam gozar férias anuais pagas. Em 1999, o sindicato britânico BECTU contestou a legislação britânica, que privava desse direito trabalhadores com contratos de trabalho de curta duração, com o fundamento de que não era compatível com uma diretiva comunitária relativa à organização do tempo de trabalho. O Tribunal de Justiça concluiu (acórdão BECTU, 2001) que o direito a férias anuais pagas é um direito social diretamente conferido a todos os trabalhadores pelo direito comunitário e que nenhum trabalhador pode ser privado desse direito.

- Direitos fundamentais

Ao decidir que o respeito dos direitos fundamentais é parte integrante dos princípios gerais de direito cujo respeito lhe incumbe garantir, o Tribunal de Justiça contribuiu de forma considerável para o aumento dos níveis de proteção desses direitos. A este respeito, inspira-se nas tradições constitucionais comuns aos Estados-Membros e nos instrumentos internacionais sobre a proteção dos direitos do Homem, designadamente na Convenção Europeia dos Direitos do Homem, nos quais os Estados-Membros cooperaram ou aos quais aderiram.

Após diversos atentados terroristas contra polícias, foi introduzido na Irlanda do Norte o porte de arma das forças policiais. Todavia, por razões de segurança pública, o porte de arma não foi autorizado (com base num certificado emitido pelo ministério competente e insusceptível de recurso para os tribunais) às mulheres polícias. Conseqüentemente, deixaram de ser propostos a mulheres empregos em regime de horário completo na

polícia da Irlanda do Norte. Chamado a pronunciar-se por um órgão jurisdicional do Reino Unido, o Tribunal de Justiça declarou que a exclusão de qualquer poder de fiscalização por parte das autoridades judiciais sobre um certificado de uma autoridade nacional se opõe ao princípio do recurso jurisdicional efetivo reconhecido a qualquer pessoa que se considere lesada por uma discriminação em razão do sexo (acórdão Johnston, 1986).

- *Cidadania europeia*

O Tribunal de Justiça confirmou que a cidadania europeia, que, segundo o Tratado, é um direito de qualquer pessoa que tenha a nacionalidade de um Estado-Membro, implica o direito de residir no território de outro Estado-Membro. Assim, um nacional menor de um Estado Membro, coberto por um seguro de doença e dispondo de recursos suficientes, beneficia igualmente desse direito de residência. Sublinhou que o direito comunitário não exige que o próprio menor disponha dos recursos necessários e que a recusa de conceder ao mesmo tempo à mãe deste, nacional de um país terceiro, um direito de residência privaria de qualquer efeito útil o direito de residência do menor (acórdão Zhu e Chen, 2004).

No mesmo acórdão, o Tribunal de Justiça esclareceu que, mesmo no caso de a aquisição da nacionalidade de um Estado-Membro ter por objetivo obter um direito de residência ao abrigo do direito comunitário a favor de um nacional de um Estado terceiro, um Estado-Membro não pode restringir os efeitos da atribuição da nacionalidade de outro Estado Membro.⁸

Vale destacar que o Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias também atua como instância jurisdicional fiscalizadora de questões que envolvem os agentes comunitários. É o chamado Tribunal da Função Pública, cujos recursos são dirigidos para o Tribunal Comunitário de Primeira Instância. Dito Tribunal funciona como uma Corte Administrativa para dirimir as controvérsias, de natureza administrativa, que envolvam os agentes comunitários e as respectivas instituições.

Abaixo serão examinadas as ações existentes dentro do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, que é o meio processual através do qual se torna possível aceder à jurisdição comunitária. Finalmente, em relação ao acesso à via jurisdicional, vale discorrer sobre as espécies de ações existentes:

a) *Recurso de Anulação*: previsto nos arts. 230 e 231 do TCE objetiva assegurar a legalidade dos atos comunitários vinculantes (regulamentos, diretivas e decisões). Referidos atos comunitários são elaborados tanto pelo Conselho, Comissão e Parlamento Europeu, e, através da referida via, é possível questionar eventual nulidade de um ato comunitário. Possuem legitimidade ativa para interpor a presente ação os destinatários das normativas comunitárias que, de uma forma ou de outra, sintam-se prejudicados com eventual ilegalidade da mesma (instituições comunitárias, Estados e

⁸ http://curia.europa.eu/pt/instit/presentationfr/index_cje.htm (acesso em 10 de fevereiro de 2009).

particulares). No que diz respeito ao particular, pessoa física ou pessoa jurídica, ele deverá comprovar o nexo de causalidade e o prejuízo que a norma comunitária questionada acarreta para si, ou seja, dita norma deverá, de forma efetiva, clara e objetiva, trazer prejuízos para o particular. O prazo para a interposição do recurso é de dois meses, contado da publicação do ato impugnado, de sua notificação ou da data em que o prejudicado venha a tomar conhecimento do ato, conforme prevê o artigo 230.5 do TCE;

b) *Recurso por omissão*: está previsto nos arts. 232 e 233 do TCE, tendo como finalidade determinar às instituições comunitárias – Parlamento Europeu, Banco Central Europeu, Comissão e o Conselho – que se manifestem sobre uma questão ou um ponto sobre o Direito Comunitário, quando, por força do tratado, estejam obrigadas a fazê-lo. Importante destacar que deve ser comprovada a omissão da instituição comunitária na sua obrigação. Assim, antes de o processo ter início, o Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias notifica a instituição omissa a se manifestar e, se mesmo assim perdurar a omissão, pelo prazo de dois meses, tem início o processo. Possuem legitimidade para propor a ação: Estados, particulares e as instituições comunitárias;

c) *Ação por Incumprimento*: prevista nos arts. 226 e 227 do TCE, tem por finalidade obrigar o Estado-Membro a cumprir uma normativa de Direito Comunitário quando, por força do tratado, deva assim proceder. A legitimidade ativa tanto é da Comissão Europeia quanto dos Estados. O Particular possui uma situação peculiar, porque ele possui acesso nessa espécie de ação desde que comprove o dano e o nexo causal. No caso específico do particular, o Acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias supre a omissão do Estado, fazendo coisa julgada entre as partes envolvidas. O procedimento é dividido em duas etapas: uma administrativa (iniciada pela Comissão em que será verificado se o Estado descumprir com o Direito Comunitário) e outra judicial (uma vez constatado o descumprimento do Direito Comunitário, por parte do Estado, inicia-se a referida etapa). O Acórdão, de natureza declaratória, determinará ao Estado infrator o cumprimento do Direito Comunitário, sob pena de pagamento de multa;

d) *Reenvio Prejudicial*: trata-se da via judicial que permite a comunicação entre a jurisdição supranacional e as jurisdições nacionais dos Estados-

Membros; é um instrumento importante e que auxilia na uniformidade na interpretação e na aplicação do Direito Comunitário. O processo é de natureza consultiva, embora suas decisões tenham caráter vinculante e obrigatório. Tem vez quando o juiz nacional deva julgar uma questão que envolva o Direito Comunitário e, caso ele possua dúvida em relação à interpretação e aplicação da normativa, a referida dúvida será dirigida à instância comunitária, a qual esclarecerá sobre a correta interpretação e aplicação da normativa comunitária.

Neste ínterim, e uma vez examinado o sistema de solução de controvérsias da União Européia, passa-se a examinar, comparativamente, o modelo de solução de controvérsias no MERCOSUL.

3. Sistema de Solução de Controvérsias no MERCOSUL

O MERCOSUL é um bloco econômico de natureza intergovernamental, regido pelas regras do Direito Internacional Público, em estágio de União Aduaneira, ainda que imperfeita. Vale dizer que o bloco econômico sequer consolidou o estágio de zona de livre comércio e, mesmo assim, avançou para o estágio de União Aduaneira.

Vale destacar que as instituições do MERCOSUL, bem como o seu sistema de solução de controvérsias, não são definitivos, notadamente, porque, de acordo com os atos fundacionais do bloco econômico, Tratado de Assunção de 26 de março de 1991 e Protocolo de Ouro Preto, de 17 de dezembro de 1994, quando o MERCOSUL atingir o estágio de mercado comum serão estabelecidas, definitivamente, as suas instituições e o seu sistema de solução de controvérsias.

De natureza *ad hoc*, o sistema de solução de controvérsias do MERCOSUL pauta-se pela consensualidade e pela celeridade na solução dos casos que são a ele submetidos, primando, sempre e, na medida do possível, pela solução das contendas através de negociações diretas ou pela intervenção do Grupo do Mercado Comum.

Diferentemente do sistema de soluções de controvérsias do bloco econômico europeu, em que as decisões são, efetivamente eficazes, dentro do MERCOSUL a obrigatoriedade do cumprimento dos laudos arbitrais repousa na aplicação dos princípios basilares do Direito Internacional: reciprocidade e *pacta sunt servanda*. Na hipótese de o Estado descumprir com o laudo arbitral, o Estado prejudicado (Estado vencedor) poderá aplicar medidas compensatórias ou de efeito equivalente em face do outro Estado.

Uma vez delimitadas as características gerais da jurisdição do MERCOSUL, passa-se a examinar o Protocolo de Olivos, 2002, que alterou o Protocolo de Brasília, 1991, e que regulamenta o sistema de solução de controvérsias. De acordo com o estabelecido no Protocolo de Olivos, o procedimento tem início mediante o estabelecimento de negociações diretas, oportunidade na qual os Estados tentarão compor o litígio. Ultrapassada referida fase de negociação, o procedimento arbitral tem início através de uma tentativa de os Estados efetuarem a composição da controvérsia mediante negociações diretas. Ultrapassada esta fase, sem sucesso, haverá a intervenção do Grupo do Mercado Comum, que apresentará recomendações e, para tanto, poderá se valer de especialistas. Trata-se da etapa de mediação, notadamente porque as partes envolvidas na controvérsia não são obrigadas a aceitar os termos da recomendação.

Ultrapassada referida fase, qualquer Estado poderá ter acesso à via arbitral, comunicando a sua intenção para a Secretaria do MERCOSUL. O tribunal será constituído por três árbitros, cabendo a cada Estado indicar um deles, de uma lista de nacionais, por ele apresentada e depositada na Secretaria do MERCOSUL. O árbitro presidente, que não poderá ter a nacionalidade de nenhum dos Estados-partes envolvidos será escolhido de uma lista de terceiros árbitros (apresentada pelos outros Estados-partes do MERCOSUL que não integrem o litígio). Na hipótese de discordância, será efetuado sorteio. Instalado o Tribunal, este fixará a sua sede em alguma cidade dos Estados-partes do MERCOSUL e definirá as suas regras.

Em relação ao acesso dos particulares, observe-se que os mesmos não têm acesso direto, mas através da seção nacional do Grupo do Mercado Comum de sua residência ou da sede de seus negócios. No referido caso, cabera à referida seção nacional do GMC entrar em contato com a seção nacional do GMC do Estado reclamado, para que a controvérsia possa ser solucionada. Caso a solução reste infrutífera, a questão poderá ser levada para a apreciação do GMC. Ultrapassada referida fase, sem solução, qualquer Estado-Parte do MERCOSUL poderá aceder à jurisdição arbitral.

Vale destacar, ainda, que com o advento do Protocolo de Olivos, foi instalado no MERCOSUL um Tribunal Permanente de Apelação, de forma a revisar, em grau de recurso, os laudos arbitrais proferidos pelos tribunais *ad hoc*. O prazo estabelecido para que o Estado interessado possa apelar é de 15 dias. Esse Tribunal Permanente de Apelação é composto por cinco árbitros, indicados pelos Estados-Partes do bloco econômico, para exercerem mandatos de dois anos, renováveis por dois períodos

consecutivos. O quinto árbitro é indicado mediante comum acordo entre os Estados para um mandato de três anos, que não pode ser renovado.

Muito embora o Tribunal Permanente de Revisão funcione como instância recursal, os Estados, se assim desejarem, poderão aceder diretamente à sua jurisdição, de forma a levar a controvérsia para julgamento naquele tribunal, que funcionaria, nesse caso, como instância ordinária e a decisão seria inapelável.

4. Considerações finais

Com a criação da primeira das Comunidades Européias, a CECA – Comunidade Econômica do Carvão e do Aço – através do Tratado de Paris do ano de 1951, começou a ser desenhado, no velho continente, um novo modelo de integração, pautado em critérios não somente econômicos. No ano de 1957, com a assinatura do Tratado de Roma, 1957, houve o lançamento das outras duas comunidades, a CEE - Comunidade Econômica Européia -, e a CEEA – Comunidade Econômica de Energia Atômica -. Em 1992, com a assinatura do Tratado de Maastrich, consolidou-se o Mercado Comum, criando-se a União Européia e a Cidadania Comunitária.

Dentro da integração européia, o Tratado de Maastrich, assinado no ano de 1992, contribuiu, decisivamente, para o sucesso do bloco econômico, notadamente devido à criação da Cidadania Comunitária, que culminou em uma integração voltada, antes de tudo, aos interesses do indivíduo, principal destinatário das políticas comunitárias, o que gerou a necessidade, cada vez maior, de os Estados adequarem os seus ordenamentos jurídicos ao ordenamento jurídico comunitário, para que houvesse a harmonização e a unificação legislativa e assim, as políticas voltadas para o mercado comum fossem efetivamente observadas pelos Estados Membros.

Como a União Européia é o exemplo de maior sucesso de integração, notadamente por envolver elementos peculiares daquele bloco econômico, como o Direito Comunitário e a Supranacionalidade que, efetivamente, contribuem para o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico comunitário, abordar o tema a partir da União Européia, não como modelo a ser perseguido, mas como mero referencial para a compreensão sobre a importância da matéria é de relevante importância.

Vale observar que, de acordo com a construção jurisprudencial, o direito comunitário passou a ser considerado como um ordenamento jurídico que é, ao mesmo

tempo, independentemente e autônomo, frente o direito interno e frente o direito internacional, conforme julgamento proferido pelo Tribunal de Justiça das Comunidades Européias, através do Acórdão *Van Gend en Loos*. Destaque-se que o Direito Comunitário surgiu a partir da construção jurisprudencial, como forma de melhor justificar a eficácia de suas normas.

O direito da integração ganha força a partir da experiência européia, como um ramo do direito que tem por finalidade estudar as relações jurídicas, econômicas, sociais, culturais, comerciais, etc., que ocorrem dentro do bloco econômico (entre os Estados, Instituições ou os particulares – pessoas físicas ou jurídicas-). Muito embora este ramo do direito tenha maior relevância na Europa, a sua aplicação não se limita àquele bloco econômico, notadamente porque ele é utilizado em qualquer processo de integração, como por exemplo, o próprio MERCOSUL.

5. Referências

- AGOSTINI, Eric (tradução de COUTO, Fernando). **Direito Comparado**. Porto: RESJURÍDICA, sem indicação de ano.
- ANCEL, Marc (tradução de PORTO, Sérgio José). **Utilidade e Métodos do Direito Comparado**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1980.
- BAPTISTA, Luiz Olavo; MERCADANTE, Araminta de Azevedo; CASELLA, Paulo Borba. **MERCOSUL – Das negociações à implantação**. 2.^a ed.. São Paulo: LTr, 1998.
- BEVILAQUA, Clóvis. **Resumo das lições de legislação comparada sobre o direito privado**. 2.^a ed.. Bahia: J. L. F. Magalhães, 1897.
- CANARIS, Claus-Wilhelm. **Direitos fundamentais e direito privado**. Coimbra: Almedina, 2006.
- MATTEI, Ugo e MONATERI, Pier Giuseppe. **Introduzione breve al Diritto Comparato**. Padova: Casa Editrice Dott. Antonio Milani (CEDAM), 1997.
- MENDES, João de Castro. **Direito Comparado**. Lisboa: Associação Acadêmica Lisboa, 1983.
- SACCO, Rodolfo. **Che cos'è il Diritto Comparato**. Milão: Giuffrè, 1992.
- SANTOS, Hermelino de Oliveira (Coord.). **Constitucionalização do Direito do Trabalho no MERCOSUL**. São Paulo: LTr, 1998,
- VILLATORE, Marco Antônio César. Breve estudo sobre o Direito Comunitário europeu. *In* **GENESIS, Revista de Direito do Trabalho**. N. 93, Curitiba: Genesis, 09/2000; em resumo, na **Revista Synthesis, de Direito do Trabalho Material e Processual** (Órgão Oficial do TRT - 2.^a Reg.). N. 32/01, São Paulo: 2001.

_____; SAMPAIO, R. S. DA R.; MENEZES, W. Livre circulação de trabalhadores na União Européia e no Mercosul.. *In* Wagner Menezes. (Org.). **O Direito Internacional e o Direito Brasileiro**. Ijuí: Unijuí, 2004, p. 440-468.

_____. O advogado e as novidades na comunidade européia e na Itália. *In* Mario Antonio Lobato Paiva. (Org.). **Importância do advogado para o direito, a justiça e a sociedade**. 1 ed. Rio de Janeiro, 2000, p. 244-264.

_____; FRAHM, C. Dumping Social e o Direito do Trabalho. *In* Tarcio José Vidotti e Francisco Alberto da Mota Peixoto Giordani. (Org.). **Direito Coletivo do Trabalho em uma Sociedade Pós-Industrial**. São Paulo, 2003, p. 149-181.

_____. A Previdência Social no MERCOSUL e nos Países Integrantes. *In* Luís Alexandre Carta Winter. (Org.). **Múltiplas Facetas do Estado-Região**. São Paulo, 2004, v., p. 55-64.

_____. O Direito do Trabalho e a Constituição Européia. *In* Eduardo Biacchi Gomes e Tarcísio Hardman Reis. (Org.). **Os rumos da construção de um direito constitucional europeu**. Curitiba: Juruá, 2005, p. 297-318.

_____. Hierarquia das Convenções da Organização Internacional do Trabalho frente à Emenda Constitucional 45/2004. *In* RAMOS FILHO, Wilson (Org.). **ANAIS do seminário sobre as novas competências da justiça do trabalho**. Curitiba: Genesis, 2005, p. 77-98.

_____. Organização Internacional do Trabalho e suas Convenções Fundamentais. *In* Wagner Menezes. (Org.). **Estudos de Direito Internacional**. Curitiba: Juruá, 2005, v. IV, p. 525-534.